



## LDO projeta 5% de crescimento do país para 2012

Lei de Diretrizes Orçamentárias chega ao Congresso Nacional com meta de inflação de 4,5% e salário mínimo de R\$ 616,34

O governo federal espera que o país cresça 5% no ano que vem, em um cenário econômico com centro da meta de inflação de 4,5% e superávit primário de 3,1% do produto interno

bruto (PIB). Esses são os principais indicadores econômicos previstos no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2012, enviado na sexta-feira ao Congresso Nacional – que deve votá-lo até julho. **2**

## CDH ouve hoje psicólogos e educadores sobre violência **2**



Deffim Vieira/Governo do Rio de Janeiro

Escola de Realengo, onde ocorreu o massacre de 12 crianças há 11 dias

## Aplicativo põe Senado no Android

Usuários do sistema operacional Android já podem baixar aplicativo com informações sobre as atividades do Senado. O Android é um dos sistemas mais usados em celulares e tablets. Desenvolvido pelas secretarias Especial de Comunicação Social (Secs)

e Especial de Informática (Prodasen), o aplicativo traz notícias em tempo real, agenda e perfis dos 81 senadores.

Em breve estarão disponíveis versões para o BlackBerry e para o iPad. Usuários de iPhone já contam com versão específica desde março.

Lio de Paula/Senado Federal



## Debate na CRA aponta desequilíbrios no Mercosul

Por causa da alta tributação sobre maquinário e fertilizantes, produtor brasileiro, mesmo mais eficiente, costuma perder duelo com concorrentes do Mercosul. **3**

Senadora Ana Amélia e deputado federal Luis Carlos Heinze (2º à dir.): distorções no Mercosul prejudicam produtor

Mudou para você, mudou para o Brasil. O Congresso faz parte da sua história. Mudou para você, mudou para

SECS | SUPRES - Criação e Marketing



## CPI da Pedofilia Proteção à Criança

“ Até a instauração da CPI da Pedofilia, os crimes não eram, em sua grande maioria, investigados, ou mesmo levados ao conhecimento das autoridades públicas. A CPI da Pedofilia, portanto, tornou efetivamente o problema conhecido. ”

Rogério é consultor legislativo do Senado Federal.

[www.senado.gov.br/mudouparavoce2011](http://www.senado.gov.br/mudouparavoce2011)

Mudou para você, mudou para o Brasil. O Congresso faz parte da sua história.



Proposta enviada pelo governo federal na sexta-feira define a mesma meta inflacionária de 4,5%, salário mínimo de R\$ 616,34 e superávit de 3,1% do PIB

# LDO chega com previsão de 5% de crescimento em 2012

O GOVERNO FEDERAL enviou na sexta-feira ao Congresso Nacional o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2012. A proposta prevê crescimento de 5% no produto interno bruto (PIB) no próximo ano. Em 2011, a previsão é de aumento de 4,5% no PIB. Já a taxa de inflação para 2012, espera o governo, deve se manter consistente com a meta fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), em 4,5%.

O projeto também trouxe o valor do salário mínimo para 2012, de R\$ 616,34. O cálculo foi feito

a partir da projeção de inflação no período mais a variação do PIB de dois anos antes (2010), como ficou definido no início deste ano. Para 2013, a previsão é de salário mínimo de R\$ 676,35 e para 2014, de R\$ 745,66.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelece as metas fiscais para o próximo triênio, levando em conta o cenário econômico, os indicadores fiscais vigentes e as expectativas para os próximos anos. Para 2012, a meta do superávit primário (economia para o pagamento de juros da dívida

pública) é de 3,1% do PIB, o que representa R\$ 139,8 bilhões em valores nominais. Para atingir essa meta, o Ministério do Planejamento estima que estados e municípios contribuam com R\$ 42,8 bilhões (0,95% do PIB).

## Prioridades

No projeto, o governo definiu ainda como prioridades para 2012 as ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e de erradicação da pobreza, que estarão detalhadas na Lei Orçamentária.

Nesta semana, a proposta da LDO deve ser lida em Plenário. O relator, deputado Márcio Reinaldo Moreira (PP-MG), aguarda apenas o começo da tramitação para dar início às reuniões técnicas.

A LDO precisa ser aprovada até 17 de julho para que o Congresso possa entrar em recesso parlamentar.



Miriam Belchior, ministra do Planejamento, deu entrevista coletiva sexta-feira para falar da LDO

## Conhecendo o Senado começa nesta manhã

A Diretoria-Geral promove hoje, às 9h, a palestra "Conhecendo o Senado", para que os servidores conheçam o funcionamento da Casa e possam interagir com as diferentes áreas, de forma a aprimorar o padrão de serviço necessário para o mandato parlamentar. Serão palestras as diretoras da Secretaria-Geral da Mesa, Claudia Lyra, e da Secretaria de Biblioteca, Simone Bastos Vieira, além do representante do projeto LexML, João Lima. Os participantes terão acesso a informações sobre atividades e processos da Casa. A palestra será no Plenário 3 da Ala Senador Alexandre Costa.

## CDH reúne especialistas para debater violência nas escolas

A violência nas escolas será tema de audiência pública a ser realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), hoje, a partir das 9h. O evento reunirá profissionais da área psiquiátrica e da psicanálise com representantes de professores, estudantes e dirigentes da educação, por sugestão de Paulo Paim (PT-RS), que preside a comissão.

Antiga preocupação dentro e fora das escolas, a violência passou a ser assunto dominante no país desde o assassinato de 12 crianças na Escola Tasso da Silveira, em Realengo, no Rio de Janeiro, por um ex-aluno. Os convidados devem abordar este caso, buscando outros contornos da questão, como o *bullying* – atos recorrentes de violência física ou psicológica entre estudantes, para perseguir ou intimidar colegas – e as agressões a professores e outros

profissionais da comunidade escolar.

Entre os debatedores estará o representante da Unesco no Brasil, Vincent Defourny, e os presidentes da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), Antonio Geraldo da Silva, e da Sociedade de Psicanálise de Brasília, Lucia-no Wagner Guimarães Lírio.

Pelos educadores, vão falar o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Roberto Franklin de Leão, e a diretora do Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro/DF), Rosilene Correa.

Completam a mesa de expositores o presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), Yann Evanovick, e a subsecretária para Educação Integral, Cidadania e Direitos Humanos do Governo do Distrito Federal (GDF), Gícia de Cássia Martinichen Falcão.

## Correção

Diferentemente do que informou a edição de sexta-feira, a Subcomissão da Reforma Administrativa ouvirá a secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra, na reunião da próxima terça, 26.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

## Segunda-feira

### Plenário Homenagem ao Dia do Índio

11h Sessão especial para comemorar o Dia do Índio. Às 14h, a sessão é não deliberativa, destinada a discursos de senadores.

### Senado Ciclo de palestras

9h Ciclo "Conhecendo o Senado" será aberto pela diretora-geral, Doris Peixoto. Participam ainda Claudia Lyra, secretária-geral da Mesa; Simone Bastos Vieira, da Biblioteca; e João Alberto de Oliveira Lima, do LexML.

### CDH Violência contra professores

9h A Comissão de Direitos Humanos debate a violência nas escolas, principalmente contra os professores, com o representante da Unesco, Vincent Defourny; o presidente da CNTE, Roberto Franklin de Leão, e outros.

## Terça-feira

### CAE Programas de alfabetização

9h A Comissão de Assuntos Econômicos analisa projeto que autoriza a União a implantar o Programa Incentivo-Alfa para os brasileiros com idade acima de 15 anos e não alfabetizados, e institui o Quinquênio da Alfabetização.

### CCT/CDH Acesso a informação

11h Reunião das comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e de Direitos Humanos e Legislação Participativa para examinar projeto (PLC 41/10) que garante acesso a informação.

### CE Frequência escolar

11h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte examina, entre outros, projeto que aumenta, na educação básica, a frequência mínima exigida para aprovação.

### Nordeste Plano Regional de Desenvolvimento

11h O diretor de Planejamento e Articulação de Políticas da Sudene apresenta, em audiência pública na Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste, o Plano Regional de Desenvolvimento.

### CMA Semana de Educação Ambiental

11h30 Projeto que institui a Semana de Educação Ambiental nas escolas de ensino fundamental e médio está entre as matérias em exame na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

## Quarta-feira

### Crack Saúde pública e tratamento

9h A Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Alcool, Crack e Outras Drogas debate saúde pública e tratamento com o presidente do Conselho Federal de Medicina, Roberto Luiz D'Ávila, entre outros.

### CDR Duas novas subcomissões

9h30 Reunião para instalar a Subcomissão Permanente de Desenvolvimento do Codesul e a Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Copa de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016.

### CCJ Regras para as fundações

10h A Comissão de Constituição e Justiça examina substitutivo a projeto que trata da finalidade das fundações, da destinação de bens a elas destinados e do prazo para o Ministério Público se manifestar sobre mudanças estatutárias.

**SESSÕES ON-LINE:** Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões  
Plenário: [www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao)  
Comissões: [www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao)

## MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º vice-presidente: Marta Suplicy  
2º vice-presidente: Wilson Santiago  
1º secretário: Cicero Lucena  
2º secretário: João Ribeiro  
3º secretário: João Vicente Claudino  
4º secretário: Ciro Nogueira  
Suplentes de secretário:  
Gilvam Borges, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto  
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

## PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida por Walter Pinheiro • Paulo Paim

## SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

## AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem:  
Teresa Cardoso e Milena Galdino  
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira  
Site: [www.senado.gov.br/agencia](http://www.senado.gov.br/agencia)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

# JORNAL DO SENADO

## Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editor-chefe: Flávio Faria  
Editores: Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes  
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves  
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle  
Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333  
Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) – E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137  
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF  
CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Produtor brasileiro é eficiente, mas distorções nas relações comerciais o deixam em desvantagem no Mercosul, dizem participantes de debate na CRA

# Impostos e burocracia prejudicam agronegócio

“O PRODUTOR RURAL brasileiro costuma sair perdendo na concorrência com o dos outros países do Mercosul. É preciso corrigir o desequilíbrio nas relações comerciais na região, pois nosso produtor é eficiente, mas não consegue competir” devido às diferenças de preços observadas entre os países nos produtos mais utilizados pelo agronegócio, afirmou o deputado Luís Carlos Heinze (PP-RS), em audiência na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado que avaliou impactos do Mercosul sobre a agricultura brasileira.

O deputado, que também é engenheiro agrônomo e produtor rural, criticou a carga tributária e a burocracia dos negócios no Brasil. Heinze deu como exemplos um trator que custa R\$ 180 mil no Brasil e R\$ 120 mil no Uruguai e uma colheitadeira que custa R\$ 590 mil no Brasil e menos de R\$ 400 mil no Uruguai. Segundo ele, diferenças como essas podem ser observadas em adubos, fertilizantes e outros produtos, e corrigir essas distorções “é papel do Senado, da Câmara e do governo federal”.

A senadora Ana Amélia (PP-RS) presidiu a reunião, que faz parte do ciclo de discussões “Agricultura em Debate”. A audiência contou com a participação de cidadãos em tempo real. Foram recebidas pelo telefone do Alô Senado 28 mensagens com perguntas e comentários e mais 30 manifestações pelo Twitter.

A secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Tatiana Prazeres, disse que, em um quadro geral, cerca de 11% do que o Brasil exporta é para o Mercosul, e as importações do bloco representam cerca de 9%. No entanto, na balança do agronegócio em relação ao Mercosul, as exportações têm



Bruno Bath, do MRE (E); Tatiana Prazeres, do Ministério do Desenvolvimento; senadora Ana Amélia; deputado Luís Carlos Heinze; e Carlos Rivaci Sperotto, da CNA

peso menor.

– Mas esse quadro pode mudar. As importações do Mercosul no primeiro trimestre de 2011 cresceram 17% em relação ao primeiro trimestre do ano passado. No mesmo período, as exportações do Brasil para o bloco cresceram 28% – afirmou.

O chefe do Departamento do Mercosul do Ministério das Relações Exteriores, Bruno Bath, afirmou que o “Itamaraty tem perfeita consciência desses problemas nas relações comerciais”. Para o embaixador, o bloco é responsável por “uma maior coerção relativa da região” e é preciso encontrar mecanismos que facilitem o debate entre os governos dos países, “de forma a perceber a questão maior, que é o Mercosul”.

– Não devemos perder de vista o imenso valor estratégico do Mercosul para o Brasil – disse.

## “Bloco precisa integrar sua cadeia produtiva”

O Mercosul tem vocação para produzir alimentos, mas precisa integrar sua cadeia produtiva, disse Carlos Rivaci Sperotto, vice-presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), durante a audiência da Comissão de Agricultura. Sperotto, que também é diretor conselheiro da Federação das Associações Rurais do Mercosul, representou o setor produtivo e se mostrou otimista.

– O Mercosul hoje é o grande provedor de alimentos do mundo – afirmou.

Ele listou entidades que congregam produtores e comerciantes do agronegócio na região e disse que essas

entidades podem cooperar com a integração da cadeia produtiva e com o surgimento de propostas para a superação de dificuldades.

– Com modéstia e competência, o Brasil precisa liderar o processo de integração do bloco – disse Sperotto, sublinhando a evolução da produção agrícola do país.

### Tributos

A carga tributária do agronegócio no Brasil foi criticada por Roberto Requião (PMDB-PR). Eliminação de impostos e novas linhas de financiamento foram sugeridas pelo senador como formas de fortalecer o comércio do agronegócio brasileiro no bloco.

– O Mercosul é um caminho, e precisamos valorizar especialmente a relação com a Argentina – disse.

Assuntos como custos diferenciados para produtos equivalentes, processo burocrático e a relação entre mercado interno e externo também foram debatidos com participação popular em tempo real. Um internauta de Roraima questionou a viabilidade da implantação de moeda única no Mercosul.

– É um sonho. O mundo quer se livrar da imposição do dólar – respondeu Requião.

Segundo Ana Amélia, esse modelo de participação popular será repetido em outras audiências públicas da CRA.

## Estrutura para transplantes é insuficiente, afirma Geovani



Geovani Borges

Isabela Almeida, de 18 anos, morreu após acidente de carro, no dia 9 de março, em Cocalzinho (GO), a cerca de 100 quilômetros de Brasília. Apesar de ter manifestado em vida o desejo de doar todos os seus órgãos para transplante, apenas os rins e as córneas foram retirados a tempo de serem utilizados em cirurgias. O relato foi feito por Geovani Borges (PMDB-AP), na sexta-feira, e

expõe, segundo ele, a burocracia e a estrutura insuficiente para a realização de transplantes no país.

– Numa situação em que a tristeza e a dor extrema se misturam a um ato de solidariedade para com os que ainda têm chance de viver, as esperanças são sepultadas junto com os doadores de órgãos. A burocracia e a falta de infraestrutura e logística ameaçam o aproveitamento de órgãos que podem salvar vidas.

O senador citou dados do Ministério da Saúde que apontam o aumento de 14% no número de doações de órgãos no último ano, o que levou o país a atingir a marca histórica de 9,9 doadores por milhão de pessoas. Os números ainda “estampam a imensa disparidade no país”, disse, citando que São Paulo foi responsável por 47% dos transplantes em 2010, enquanto estados como Tocantins, Roraima e Amapá não realizaram nenhuma cirurgia do tipo no ano passado.

## Ana Amélia cobra rapidez no acesso à banda larga

Ao saudar assinatura de protocolo de intenções entre o governo federal e o Rio Grande do Sul para o fornecimento de internet banda larga a preços populares, a senadora Ana Amélia (PP-RS) disse esperar que a iniciativa “não fique apenas no papel”.

– Inclusão digital já. É isso o que nós queremos – enfatizou, dizendo ainda que a internet no Brasil é “muito cara e muito lenta”.

Conforme informou, a intenção do governo federal é oferecer acesso à banda larga a uma velocidade de 1 megabyte/segundo por um valor em torno de R\$ 35. Também registrou a previsão de investimentos de até R\$ 25 milhões para expandir a rede de fibra ótica em mais de 900 quilômetros no Rio Grande do Sul.

– Esperamos que os objetivos propostos no Plano Nacional de Banda Larga possam ser alcançados, para que, com a universalização do acesso, possamos superar o desafio de oferecer inclusão digital e cidadania a milhões de brasileiros hoje privados desse serviço.

Ana Amélia afirmou ainda ser essencial que o Rio Grande do Sul tenha acesso de qualidade à internet, para permitir uma melhor integração ao Mercosul. Ela lembrou que seu estado, por fazer fronteira com dois países membros, tem papel estratégico na participação do Brasil no bloco regional.

## Paim elogia Garibaldi por criticar fator previdenciário



Paulo Paim

O senador Paulo Paim (PT-RS) elogiou na sexta-feira a disposição do ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, de substituir o fator previdenciário por outra fórmula de cálculo das aposentadorias. Paim informou que, visando elaborar uma alternativa, técnicos do Senado, de seu gabinete e do ministério vêm se encontrando semanalmente.

Instituído em 1999, o fator previdenciário consiste numa fórmula matemática que considera o tempo de contribuição do trabalhador, sua idade e a expectativa de vida da população no momento da aposentadoria. Seu objetivo é incentivar as pessoas a permanecerem mais tempo no mercado de trabalho (sob pena de redução do valor do benefício), retardando assim suas aposentadorias e, conseqüentemente, reduzindo as despesas previdenciárias do governo federal.

Paim é um dos principais críticos e autor do projeto de lei que acaba com esse mecanismo – a proposta foi aprovada no Senado e tramita atualmente na Câmara dos Deputados. O senador também citou diversas declarações de Garibaldi, para quem é uma “hipocrisia” não reconhecer que o fator previdenciário prejudica os mais pobres. Também teria afirmado que esse fator é o “calcanhar de aquiles” dos aposentados.



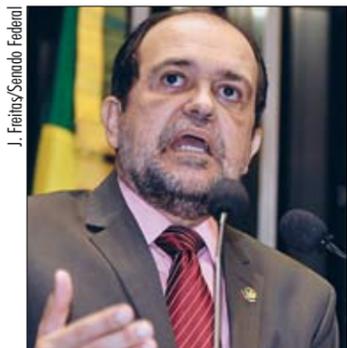
Senador cita os casos da fidelidade partidária e da Lei de Licitações

## Crivella defende postura liberal de legisladores

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) sugeriu aos parlamentares que tenham um pensamento "mais liberal, mais inteligente e menos estático" na elaboração das leis. Segundo ele, o ordenamento jurídico do país precisa ter "mais espírito do que letra" e os legisladores precisam entender que as regras têm exceções.

Ele citou a questão da fidelidade partidária, que teria o "efeito colateral" de obrigar detentores de mandato a instituírem novos partidos. A regra vigente diz que a criação de nova legenda é justa causa para o político se desfiliar de sua agremiação de origem sem perder o mandato.

A Lei de Licitações (Lei 8.666/93) foi outro exemplo citado por Crivella. Em sua avaliação, essa lei não pode ser aplicada a todos os casos, "por melhores que sejam nossas intenções".



Terceirizados não dispõem de qualquer proteção social, diz senador

## Walter Pinheiro quer proibir terceirização

O fim da terceirização das atividades permanentes do governo está previsto em projeto apresentado na sexta-feira pelo senador Walter Pinheiro (PT-BA). Ele disse que a terceirização criou um gigantesco contingente de trabalhadores "de segunda classe" – os terceirizados – que não dispõem de qualquer proteção social.

O PLS 172/11 proíbe a administração pública de contratar trabalhadores por meio de empresas ou cooperativa de trabalho. As exceções seriam obras, serviços de natureza eventual e coleta e processamento de lixo, no caso de existência de cooperativa de trabalhadores.

No discurso, Walter Pinheiro citou denúncias de trabalho escravo ou degradante em obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em Jirau e Santo Antônio, em Rondônia, e do programa Minha Casa, Minha Vida em Campinas (SP).

Senador esclarece que tomou a iniciativa após o então ministro do Planejamento o ter acusado de, como governador do Paraná, impedir investimentos privados no estado

# Requião explica representação contra ministro Paulo Bernardo

ROBERTO REQUIÃO (PMDB-PR) explicou na sexta-feira, em Plenário, os motivos que o levaram a apresentar representação ao Ministério Público contra o ministro Paulo Bernardo, das Comunicações.

De acordo com o senador, que em 2007 governava o Paraná, Paulo Bernardo, à época ministro do Planejamento e Gestão, e Bernardo Figueiredo, então assessor da Casa Civil da Presidência da República, o procuraram para conseguir sua anuência em relação a uma parceria público-privada que seria realizada para construir um ramal ferroviário em seu estado, cujo custo seria de R\$ 540 milhões e integraria as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Requião disse que recusou seu apoio ao projeto, pois a obra, segundo ele, poderia ser feita com custo entre R\$ 150 milhões e R\$ 220 milhões. Conforme o senador, a ALL, a empresa concessionária, deixaria de pagar ao governo R\$ 52 milhões anuais, referentes ao arrendamento de outra ferrovia. O dinheiro seria usado para pagar o financiamento da nova obra.

– Ao dizer um claríssimo não ao negócio, para o qual o ministro do Planejamento e o assessor da Casa Civil queriam a



Requião afirma ter evitado operação que seria lesiva ao patrimônio público

minha concordância, evitei que o BNDES fosse envolvido em uma operação lesiva ao patrimônio público, à economia popular e ao próprio banco.

Requião afirmou ainda que o então assessor da Casa Civil Bernardo Figueiredo era ex-sócio da empresa ALL.

– O senhor Bernardo Figueiredo transita do privado para o público, depois de transitar do público para o privado.

Requião disse que logo levou o caso ao conhecimento do governo federal e a parceria público-privada acabou não sendo realizada. No entanto, segundo ele, depois da declaração dada pelo ministro Paulo Bernardo de que ele, como governador do Paraná, estaria impedindo investimentos privados no esta-

do, encaminhou a denúncia ao Ministério Público.

## Trem-bala

Requião afirmou também que o projeto do trem-bala, que deverá interligar Campinas e Rio de Janeiro, passando por São Paulo, é criminoso. Ele votou, na quarta-feira, contra a Medida Provisória 511/10, que autorizou financiamento de até R\$ 20 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o projeto.

Para o senador, é melhor estruturar as cidades do entorno das metrópoles do que levar grandes multidões a centros urbanos. Assim, em sua opinião, o investimento em transporte de massa, como a construção do trem-bala, é desnecessário.



Para Raupp, governo estadual será marcado pela austeridade e zelo

## Raupp destaca ações do governo Confúcio Moura

Valdir Raupp (PMDB-RO) destacou na sexta-feira ações tomadas pelo governador de Rondônia, Confúcio Moura (PMDB), nos 100 primeiros dias de sua administração. De acordo com o parlamentar, as iniciativas mostram que a gestão de Confúcio Moura "será marcada pela austeridade, responsabilidade e zelo com a coisa pública".

Entre as dezenas de medidas destacadas pelo senador, estão a concessão de 372 licenciamentos ambientais, que podem gerar até 1,7 mil empregos; a criação do Banco do Povo em Guajará-Mirim e Machadinho do Oeste; a economia de R\$ 3 milhões no Departamento de Estradas de Rodagem; e a inauguração do aeroporto estadual de Cacoal.

O senador também elogiou os estudos para a criação de zona de processamento de exportação em Porto Velho, que pretende atrair até 40 novas indústrias exportadoras nos próximos três anos.

## Alvaro Dias cobra prioridade do governo no combate à inflação

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) lamentou a volta da inflação ao dia a dia do brasileiro. Basta ir ao supermercado ou a um posto de combustível para constatar que os preços estão subindo e que o próprio ministro da Fazenda, Guido Mantega, começa a admitir dificuldades no combate à inflação, disse.

Para o líder do PSDB, a alta inflacionária que ameaça o país é consequência de irresponsabilidade na gestão federal, especialmente durante as eleições de 2010. O remédio, segundo ele,

é tratar a questão da inflação como prioridade pelo governo.

– É lamentável que um patrimônio construído com o esforço, a dedicação e a participação popular, o patrimônio da estabilidade monetária, da sustentabilidade financeira, da responsabilidade fiscal e da competitividade da economia esteja sendo ameaçado agora por medidas adotadas que são insuficientes e que não atendem às necessidades desse momento – afirmou Alvaro Dias, referindo-se ao Plano Real



Senador atribui aumento de preços à gestão do governo em ano eleitoral

como a "bomba atômica" que destruiu a inflação. Ele completou afirmando que espera que o governo encontre meios de conter a inflação e garantir a estabilidade econômica.

## Valadares elogia novas dirigentes do TRE de Sergipe

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) prestou homenagem às desembargadoras Suzana Maria Carvalho Oliveira e Marilza Maynard Salgado de Carvalho, recentemente eleitas presidente e vice-presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE).

O senador lembrou que a desembargadora Suzana Oliveira foi escolhida por aclamação para ocupar a presidência do TRE-SE. Ele informou que a desembargadora começou como advogada, entrando na magistratura de Sergipe em 1978.

Já Marilza Carvalho, disse o senador, atuou na advocacia e começou a atuar como juíza em 1971. Ela dirigiu a Escola Superior da Magistratura no biênio 1999-2001 e foi eleita corregedora-geral da Justiça para o biênio 2001-2003.

## MP beneficia empreendedor, diz Gleisi Hoffmann

A senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) salientou a importância da medida provisória (MP 529/11) que diminui de 11% para 5% a alíquota de contribuição para a previdência social do microempreendedor individual. As novas regras passam a valer a partir de maio.

– Isso faz uma diferença muito grande na renda do trabalhador – disse.

Gleisi lembrou que a figura do microempreendedor individual foi criada pela Lei



Senadora acredita que a medida incentiva a formalização do trabalho

Complementar 123/06. É enquadrado na categoria o empresário individual com receita bruta anual de até R\$ 36 mil, sem participação em outra empresa como sócio ou titular e que tenha um empregado contratado que receba salário mínimo ou piso da categoria.

A nova MP vai ajudar a aumentar a formalização de muitos empreendedores, disse a senadora, beneficiando profissionais como doceiras, pipoqueiros, borracheiros, barbeiros, artesãos, encanadores, carpinteiros, engraxates, jardineiros, jornalistas, manicures, cabeleireiros e quitandeiros. Os cidadãos podem obter mais informações no Portal do Empreendedor, onde é possível se cadastrarem como microempreendedores, informou.

– A formalização é garantia de direitos e é garantia de que se tenha rede de proteção social – afirmou Gleisi Hoffmann, ressaltando que a MP representa "um avanço importantíssimo".



As duas desembargadoras têm carreiras elogiáveis, afirma Valadares